



REQUERIMENTO Número / (.^a)

PERGUNTA Número / (.^a)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Ex. ma Sr.^a Presidente da Assembleia da República

Considerando que:

1 – Após a recusa de visto do Tribunal de Contas (TC) relativamente à concretização do projeto de alta velocidade, soube-se que as prioridades do Governo mudaram;

2 – Sobre o assunto, e antes da decisão do TC, já o PET se pronunciava. O documento referia a necessidade de se apostar numa linha de mercadorias adaptada à bitola europeia, dando-se assim forma a uma ligação ferroviária à Europa Central;

3 – Foi neste sentido que foram desenvolvidas (ainda segundo o PET) “negociações (...)com o Governo Espanhol que visam garantir o prolongamento deste eixo ferroviário além Madrid e até aos Pirinéus, assegurando uma ligação ferroviária interoperável de mercadorias entre Portugal e o Centro da Europa.”;

5 – Segundo o documento estratégico, ficava garantido que: “(...) estão a ser desenvolvidos contactos com a Comissão Europeia no sentido de rever o modelo de alocação de fundos comunitários a este projecto, de forma a mitigar significativamente o esforço financeiro do Estado.”;

6 – Foi isto mesmo, segundo uma informação veiculada na comunicação social, que o eurodeputado Nuno Melo garantiu ao questionar a Comissão Europeia sobre a possibilidade de se usarem, em Portugal, parte dos recursos financeiros alocados ao projeto TGV e do Aeroporto de Lisboa;

7 – O órgão de informação em causa noticiava o seguinte: “Até à data, a Comissão não recebeu qualquer pedido oficial das autoridades portuguesas de reafectação dos fundos previstos para as redes ferroviárias de alta velocidade ou o novo aeroporto de Lisboa a outros projectos. Se as autoridades portuguesas decidirem reafectar esses fundos, a Comissão estará disposta a examinar atentamente qualquer pedido de reprogramação das prioridades actuais do Fundo de

Coesão, tendo em consideração a justificação apresentada.”;

8 – No PET ficou prevista uma “Avaliação Técnica e Económica da promoção de uma ligação ferroviária para mercadorias, ao longo do grande corredor internacional Aveiro – Vilar Formoso permitindo a ligação entre os Portos de Aveiro e Leixões a Madrid e ao resto da Europa, assegurando as condições de interoperabilidade entre as redes ferroviárias em bitola ibérica e europeia.”;

9 – O Ministro da Economia (Álvaro dos Santos Pereira) afirmou na Universidade de Aveiro o empenho do Governo em apostar numa linha de mercadorias entre o Porto de Aveiro e Espanha;

10 – Numa notícia do sitio da Comunidade Portuária de Aveiro, pode ler-se o seguinte: “A ligação ferroviária é um dos caminhos apontados pelo governante para o País reforçar a sua capacidade exportadora.”;

11 – Constam, no mesmo local, as seguintes afirmações do Ex-Ministro da Economia: “A intenção do governo é exactamente criar uma linha de mercadorias desde o Porto de Aveiro que ligue depois Salamanca a Irúm, a outra que já está considerada neste quadro comunitário de apoio que vai de Sines, Lisboa, para cima também até Irúm. Porque é que isto é importante? Às vezes as pessoas não percebem bem qual é a importância de apostar numa linha de mercadorias. É muito simples. No séc. XIX Portugal e Espanha decidiram ir por um caminho diferente da Europa. Foi o tamanho das linhas de comboios, que se chama bitola, é de um tamanho diferente do resto da Europa.

O que se passa é que os comboios quando vão de Portugal e Espanha para o resto da Europachegam à fronteira de Espanha e França têm de parar para mudar de bitola. Ora, tem de haver um transvaso destas mercadorias, é tempo e dinheiro que se perde, tornando as nossas mercadorias mais caras, e é por isso mesmo que temos insistido muito para a necessidade de termos linhas de bitola europeia que permitam as nossas empresas de saírem do Porto de Aveiro, ou de Sines, ou de outras partes do país, e serem ligadas à Europa para serem mais competitivas”.

Assim:

Tendo em conta o disposto no artigo 156.º, alíneas d) e e) da Constituição, e as normas regimentais aplicáveis, nomeadamente o artigo 229.º, n.º 3 do Regimento da Assembleia da República, que fixa em 30 dias o limite do prazo para resposta;

O(a)s Deputado(a)s do CDS-PP, abaixo-assinados, vêm por este meio requerer ao Ministro da Economia, por intermédio de Vossa Excelência, nos termos e fundamentos que antecedem, respostas às seguintes perguntas:

1 – O Governo de Portugal mantém a prioridade dos projetos de ligação ferroviária dos portos nacionais a Espanha e ao resto da Europa?

2 – Está de alguma forma previsto o abandono do projeto ferroviário Aveiro – Viseu - Espanha (em todo ou em parte)?

3 – Qual é o calendário expectável para a concretização desta obra, que se manifesta como importante para a economia e coesão territorial?

4 – Do ponto de vista diplomático têm sido mantidos os contactos, com o Governo espanhol, no sentido de se garantir a ligação ferroviária ao resto da Europa?

Palácio de São Bento, sexta-feira, 22 de Novembro de 2013

Deputado(a)s

HELDER AMARAL(CDS-PP)